

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Aneel vê ganhos das distribuidoras e pretende limitar revisão de tarifa	2
Título: Marco do gás elevará competitividade industrial, reforça Abrace	4
Título: Fim do desconto acelera projetos de renováveis	6
Título: Precificação horária da energia terá efeitos distintos no mercado.....	8
Título: Banco do Brasil amplia investimento em geração solar	10
Título: Curtas	11
Título: TechMet recebe apoio dos EUA para projeto no Brasil.....	12
VEÍCULO: O Globo.....	13
Título: Rio vai ampliar dependência do petróleo	13
Título: Expansão desordenada desafia cidades do petróleo	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/10/2020****Seção: Empresas****Autor: Daniel Rittner****Título: Aneel vê ganhos das distribuidoras e pretende limitar revisão de tarifa | Empresas**

Agência está inclinada por reequilíbrio inferior aos R\$ 6 bi desejados por empresas

As distribuidoras de energia terão grande dificuldade para emplacar um reequilíbrio econômico da magnitude pretendida em seus contratos. Elas calculam perdas de R\$ 6 bilhões em decorrência da pandemia, mas a estimativa é rejeitada informalmente pela cúpula da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Nos bastidores, a ordem na agência reguladora é adotar uma postura de rigor com as empresas do setor, vistas como menos impactadas pela crise do que têm dado a entender. O balanço das principais elétricas no segundo trimestre, auge da pandemia, tem sido mencionado pelas autoridades para justificar essa avaliação.

O lucro líquido da Neoenergia chegou a R\$ 423 milhões, o da Equatorial atingiu R\$ 406 milhões e o da EDP Brasil foi de R\$ 237 milhões no período entre abril e junho. Cemig e CPFL, com forte representatividade também no segmento de geração, tiveram resultado positivo de R\$ 1,043 bilhão e de R\$ 462 milhões, respectivamente.

A Energisa teve prejuízo, mas a Aneel vê influência do desempenho nas concessões do Acre e de Rondônia - distribuidoras privatizadas pela Eletrobras em 2018.

Consulta pública sobre a metodologia de cálculo de eventuais desequilíbrios econômicos foi aberta pela agência em agosto e termina hoje. É a partir dessa definição que as empresas poderão apresentar oficialmente seus pedidos, mas a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) divulgou que estima a necessidade de reequilíbrio de R\$ 5,5 bilhões a R\$ 6 bilhões. Isso resultaria em revisão extraordinária das tarifas (RTEs) entre 2,5% e 3,5%.

Na Aneel, dois pontos são ressaltados para minimizar o impacto da pandemia. Primeiro: a demanda por energia já voltou ao patamar verificado no mesmo período do ano passado. Segundo: o índice de inadimplência das contas de luz teria ficado em 1,40% nos últimos 60 dias - abaixo da média histórica de 1,9%.

Para um integrante da diretoria da agência, muitas distribuidoras terão suas expectativas frustradas sobre o crescimento do mercado em 2020, mas isso não significa que os demais consumidores devam pagar por isso. “O desequilíbrio não é simplesmente a diferença entre o mercado projetado para 2020, no fim de 2019, e o efetivamente verificado. Uma coisa é deixar de ganhar o que se almejava, outra coisa é perder”, diz a autoridade.

De acordo com essa autoridade, não significa negar uma revisão extraordinária de tarifa das distribuidoras, mas que provavelmente ela ficará abaixo do imaginado pelas companhias.

Outro argumento citado na Aneel é que o setor elétrico foi um dos mais ajudados pelo governo no socorro de R\$ 15,3 bilhões em empréstimo liderado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para atenuar prejuízos imediatos. A amortização do empréstimo será feita em 54 meses, com carência até junho de 2021.

O Congresso Nacional pressiona na mesma linha. Na quinta-feira, um pedido de auditoria operacional ou “qualquer outro procedimento” para acompanhar as discussões sobre reequilíbrio das distribuidoras na Aneel foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pelo presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM).

“A sociedade brasileira já está sendo excessivamente castigada com os efeitos da pandemia, não sendo justo que seja chamada a arcar com todos os prejuízos dela decorrentes, muito menos em favor da expectativa de lucro de poucas empresas”, escreveu o deputado, no ofício endereçado ao tribunal.

A Abradee discorda da percepção que foi relatada ao **Valor** pela Aneel. “Levar em consideração a performance financeira de grupos econômicos que mantêm atividades de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica para analisar a necessidade de reequilíbrio das distribuidoras é incorreto. A CP [consulta pública] 35 trata das distribuidoras”, afirmou o presidente da associação Marcos Madureira.

“O poder regulador tem consciência dessa distinção e sabe que a decisão do tamanho da RTE das distribuidoras depende dos impactos de natureza extraordinária de cada uma delas, e não de resultados de lucro de geração e da transmissão”, disse o executivo.

Madureira ressaltou que as empresas entendem que três fatores devem ser contemplados na metodologia: queda de mercado (perdas da parcela B), a inadimplência (receitas irrecuperáveis) e a sobrecontratação involuntária de

energia. E lembrou que os contratos preveem reequilíbrio em caso de eventos extraordinários.

Para ele, o não reconhecimento ou reconhecimento do desequilíbrio a partir de critérios pouco claros seria um “sinal temerário”. “Trata-se de respeito aos contratos, manutenção da segurança jurídica e preservação da atratividade do segmento de distribuição, além de todos os ramos da infraestrutura, para novos investimentos”, concluiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Marco do gás elevará competitividade industrial, reforça Abrace

Para o presidente da entidade, Paulo Pedrosa, redução do preço da energia impulsionará produção de itens de maior valor agregado

O novo marco legal do mercado de gás, que passou pela Câmara e é analisado no Senado, será capaz de acionar “gatilhos de competitividade” na indústria nacional, segundo o presidente-executivo da Abrace, Paulo Pedrosa, que representa grandes consumidores de energia e indústrias eletrointensivas. Ao participar de Live do **Valor** na sexta-feira, ele disse que a redução do preço da energia, por meio da competição, impulsionará a produção de bens com maior valor agregado, que vinha sendo abandonada nos últimos anos.

A estratégia de reduzir o preço do gás natural e da conta de luz considera o fato de, em muitas situações, a energia responder por 40% do custo de produtos. Na avaliação de Pedrosa, é uma oportunidade para a indústria se tornar mais competitiva, pois o preço da energia brasileira “não cabe mais dentro do produto”.

“O Brasil reduziu imensamente a produção de alumínio. Em vez de avançarmos na cadeia produtiva, passar a fabricar ligas especiais de alumínio e peças para automóveis, estamos regredindo na cadeia para exportar produto-base”, disse Pedrosa, que foi diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia no governo Michel Temer.

Durante o bate-papo conduzido pelo jornalista Daniel Rittner, repórter especial do **Valor** em Brasília, Pedrosa disse que a “maioria esmagadora” do setor produtivo está engajada na aprovação da versão atual do texto discutido no Senado. Segundo ele, estão envolvidos segmentos que vão da produção “do

biscoito à cerveja, do brinquedo ao aço, do vidro à indústria química, do têxtil à siderurgia”.

A Abrace prevê que a redução do preço do gás natural, a partir da entrada em vigor da nova lei, será capaz de gerar mais quatro milhões de empregos no país. De acordo com a associação, a indústria deve triplicar o consumo do insumo.

“A nova lei cria os elementos para a gente ter muitos produtores de um lado, com livre acesso aos sistema de transporte e tratamento de gás, atendendo a muitos consumidores do outro lado. Ter um grande mercado nacional em que a competição vai definir os preços e os investimentos tanto na cadeia do gás quanto da indústria”, afirmou o presidente-executivo da Abrace.

Pedroza alerta para o risco da proposta de modernização do mercado de gás ser prejudicada com ajustes no Congresso. Segundo ele, integrantes do próprio mercado de gás, como as distribuidoras, ou do setor elétrico pressionam para modificar o texto atual. “É importante apoiá-lo e trabalhar contra modificações que atrapalham a lógica do projeto original”, afirmou.

O executivo disse que a proposta atual já consolida a migração do Brasil do monopólio estatal da Petrobras para um mercado competitivo. Durante a entrevista, ele relatou que o próprio setor industrial que representa abriu mão de “alguns avanços” para ter o projeto de lei aprovado rapidamente, com entendimento de que o “ótimo é inimigo do bom”.

Para Pedrosa, o mais importante é que o princípio da competição prevaleça sobre mecanismos sugeridos para atender a interesses de setores específicos. Ele considera que algumas modificações podem trazer “vícios” semelhantes aos observados no setor elétrico, onde metade da conta é composta por subsídios e encargos.

“No Brasil, a energia é um tema muito capturado por especialistas e por integrantes da cadeia do mercado, como se a energia fosse um fim em si mesmo ou um veículo para conduzir políticas públicas e um conjunto de interesses pontuais”, disse na transmissão. Ele se posiciona contra os subsídios para financiar novos gasodutos ou termelétricas a gás, defendidos por alguns agentes econômicos.

A Abrace chegou a lançar campanha nas redes sociais para mostrar a participação da energia no custo de produtos, como do leite (40%) e da casa popular (25%). Pedrosa destaca que o Brasil tem vantagens, em termos energéticos, em relação a muitos países. “Na verdade, isso é capturado e destruído pelas mordidas que a energia leva do poço de petróleo ao botijão, à fábrica ou da geração no painel solar ao franco congelado”, afirmou, em

transmissão pelo site e pelas páginas do **Valor** no YouTube, no LinkedIn e no Facebook.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Fim do desconto acelera projetos de renováveis

A perspectiva de fim dos subsídios às fontes renováveis de energia, prevista pela medida provisória 998/2020, tem levado geradores e desenvolvedores a acelerarem negociações e trâmites para entrar com pedidos de outorga de projetos na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Editada no início de setembro, a MP 998 prevê que o desconto de pelo menos 50% nas tarifas do uso dos sistemas de transmissão e distribuição está garantido para empreendimentos de fontes “incentivadas” (eólica, solar, biomassa e PCH) que solicitarem outorga até 1º de setembro de 2021 e iniciarem operações em até 48 meses.

Apesar da incerteza sobre a conversão da MP em lei, agentes do setor entendem que o assunto, já em discussão há anos, se tornou mais concreto com a proposta do governo. Por isso, as empresas têm preferido acelerar processos do que correr o risco de perder o benefício.

Entre os geradores, há quem avalie inverter a prática comum e pedir outorgas mesmo sem ter ainda um contrato de compra e venda de energia (PPA) assinado. É o caso da Echoenergia, braço da gestora britânica Actis para projetos de energia renovável. “Para projetos que devemos assinar [com consumidores] num futuro próximo, entendo que é responsável da nossa parte começar o processo de outorga agora, em vez de esperar. Até porque posso perder essa janela”, afirma o presidente, Edgard Corrochano. A companhia tem 1 gigawatt (GW) em complexos eólicos operacionais e mais 2 GW em projetos no “pipeline” para os próximos anos.

Normalmente, geradores preferem ter um contrato em mãos para garantir a viabilidade das usinas antes de iniciar os procedimentos junto à Aneel, aponta Fabiana Vidigal de Figueiredo, sócia de energia e meio ambiente do CMT Advogados. Ela observa que o pedido de outorga exige o aporte de garantias financeiras, em valores não desprezíveis. Além disso, quando o documento é expedido, começam a correr prazos para a implantação do projeto, que podem gerar multas em caso de descumprimento.

O diretor de Novos Negócios da Casa dos Ventos, Lucas Araripe, entende que a fonte solar tem uma facilidade nesse processo. Isso porque, no caso da solar, não há obrigação de aporte de garantias na hora de pedir a outorga, de forma que o prejuízo financeiro é menor se o projeto não sair do papel. “Já o eólico, tem que ser algo mais concreto para entrar com o pedido”. A companhia já tem outorgas para o 1,5 GW em projetos eólicos que deve construir no Rio Grande do Norte e na Bahia até 2023.

Outra empresa que tem se apressado após a edição da MP é a Rio Alto, desenvolvedora e geradora focada em energia solar. “Na nossa programação dos próximos anos, já estamos no processo de outorga dos parques para conseguir esse incentivo”, afirma o sócio-fundador, Rafael Brandão. Ele defende, porém, que é preciso “certo cuidado” para que essa correria não leve a um acúmulo de projetos sem rigor técnico no mercado. “Muitas empresas estão outorgando projetos para depois vendê-los. Não sei se isso faz sentido, e se você tiver um monte de outorga e não vender?”

No segmento de geração, é comum que empresas se especializem nas diferentes fases dos projetos (desenvolvimento inicial, construção, operação), em alguns casos atuando em apenas uma dessas etapas. Por isso, especialistas apostam também num aquecimento no mercado de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês), com empresas de projetos correndo para obter outorga como forma de valorizar seus ativos antes de buscar compradores. “Projetos de desenvolvedores já com requisição de outorga se tornaram muito mais valiosos do dia para a noite”, afirma Raphael Gomes, sócio da área de Energia do escritório Demarest.

De acordo com a Aneel, ainda não é possível enxergar efeitos concretos dessa “corrida” do mercado nos dados mais recentes, possivelmente pelo pouco tempo desde a publicação da MP. De todo modo, o volume de projetos já outorgados pela agência mostra o forte interesse do mercado na geração renovável: neste ano, foram emitidas 220 outorgas para projetos eólicos e solares no mercado livre (ACL), somando 8,2 GW de potência.

Mesmo com tanto projeto no mercado, especialistas acreditam que haverá demanda para colocá-los de pé. A leitura é que empresas que estejam capitalizadas podem acelerar a contratação de energia de longo prazo para garantir o benefício. Além disso, as renováveis se tornaram ainda mais atrativas com o fortalecimento da agenda “ESG” (sigla para governança ambiental, social e empresarial).

Além de negociações bilaterais, outra forma de viabilizar os empreendimentos têm sido os leilões organizados pelas próprias elétricas para compra de energia de terceiros. No último mês, Engie e Furnas abriram certames do tipo. “A

energia vendida para Furnas, a partir do leilão, necessariamente ainda fará jus aos incentivos”, explicita a estatal, em comunicado sobre a licitação.

Os impactos da retirada dos incentivos sobre os preços e a competitividade das renováveis ainda não são claros. No geral, especialistas e geradores entendem que a energia eólica e solar devem continuar competitivas, a exemplo do observado nos últimos leilões regulados. Entre as duas fontes, há quem considere que a solar pode ser mais afetada pelo fim do desconto - segundo um estudo da consultoria Greener, o preço da energia solar pode ter acréscimo de quase R\$ 20/MWh com o fim do desconto no “fio”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: Precificação horária da energia terá efeitos distintos no mercado

Confirmada para janeiro de 2021, a mudança no preço da energia elétrica no mercado de curto prazo, o “PLD”, terá efeitos distintos sobre os vários setores da economia que contratam o insumo no ambiente de contratação livre (ACL) e também sobre as companhias geradoras de energia.

Do lado dos consumidores, a passagem para uma variação de preços hora a hora poderá trazer custos adicionais a todos os ramos de atividade, segundo um estudo da comercializadora Trinity. O levantamento mostra que os consumidores tendem a ter uma exposição negativa, ou seja, teriam que pagar a mais na liquidação financeira mensal na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Embora grande parte dos contratos no mercado livre determine uma entrega constante de energia, o consumo normalmente varia ao longo dia e da semana, de maneira que sempre existem faltas ou sobras de energia, valoradas ao preço daquele momento. Hoje, a definição do preço de curto prazo é feita em base semanal. A partir do ano que vem, passa a vigorar um cálculo de preço horário.

Pelo estudo da Trinity, a entrada do PLD horário afetará principalmente a metalurgia e manufaturados diversos. Para esses setores, foram calculados custos adicionais de, respectivamente, R\$ 4,73 por megawatt-hora (MWh) e R\$ 5,16 /MWh caso a nova sistemática já estivesse em vigor. Isso se deve ao perfil de consumo dessas indústrias, que teriam mais sobras de energia aos finais de semana, quando os preços diminuem significativamente em relação aos praticados em horários comerciais.

Os setores de comércio e de serviços (incluindo shoppings e hotéis), com elevado número de consumidores no ACL, devem perceber um efeito mais brando da aplicação do preço horário, aponta o levantamento. Já os menos impactados seriam as atividades de químicos e saneamento, pelo fato de possuírem processos contínuos, que garantem um perfil de consumo regular ao longo do dia e da semana.

Já no caso das geradoras, a Trinity estimou que, com o PLD horário, a energia solar de uma usina no interior do Piauí valeria em torno de R\$ 1,32 a mais a cada mil quilowatt-hora (kWh) gerados. Já a energia eólica de uma usina no interior do Rio Grande do Norte, com geração mais intensa à noite, vale cerca de R\$ 10 a menos a cada mil kWh.

Os dados utilizados no estudo são baseados na carteira de clientes da comercializadora, que soma 450 consumidores e geradores, com 2,5 GW. Para preços, foram usadas as simulações do PLD horário “sombra” divulgadas pela CCEE no ano de 2019 - os números de 2020 foram excluídos devido ao impacto da pandemia sobre os preços, que distorceria a análise.

Segundo o CEO da Trinity, João Sanches, muitos consumidores ainda não estão atentos à mudança para o PLD horário. “É um assunto bastante relevante, mas que não está sendo tratado com a importância que deveria. Por outro lado, os geradores estão bem preocupados, principalmente os de fonte eólica no Norte e no Nordeste, com geração mais intensa na madrugada, hora que está ficando mais barata”, explica.

Para minimizar potenciais efeitos, o executivo afirma que o consumidor deve contratar energia de acordo com seu perfil de consumo. Outra solução é tentar deslocar o consumo para horas mais baratas. “Mas isso é difícil, muitas vezes os custos de fazer esse tipo de deslocamento são bem maiores do que a eventual exposição na CCEE”.

Bastante aguardada, a entrada em vigor do PLD horário em 2021 já foi confirmada pelo governo, após anos de postergação. A mudança é bem vista pelos agentes do setor elétrico: a expectativa é que os preços fiquem mais próximos da realidade das operações do ONS, o que permitirá identificar ineficiências e oportunidades de otimização. “Estamos preparados e a decisão de um período de análise com a operação utilizando o novo sistema foi positiva”, afirmou Rui Altieri, presidente do conselho de administração da CCEE, na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy**Título: Banco do Brasil amplia investimento em geração solar**

Em meio à busca por redução de custos no contexto da crescente digitalização bancária, o Banco do Brasil (BB) estuda lançar novas licitações para contratar usinas de energia solar em São Paulo, no Paraná e em Santa Catarina. O banco também tem interesse em levar a geração solar para agências no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

Os projetos, no entanto, dependem das discussões sobre as novas regras para geração distribuída - modalidade na qual o consumidor gera sua própria energia, localmente ou de forma remota.

No momento, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) debate o aperfeiçoamento das regras atuais. Hoje, o consumidor que se encaixa na categoria não recolhe a tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd) em relação à energia que fornece à rede elétrica, mas as distribuidoras de energia defendem que a tarifa seja cobrada para não onerar os custos para os demais usuários. “Nós, como investidores, queremos o mercado estável e com custos transparentes e eficientes. Temos a predisposição para investir e estamos focados em tornar nossa matriz mais limpa, mas a questão econômica pesa. Se a alteração regulatória for impor um custo isso vai, no mínimo, diminuir nosso apetite”, diz José Ricardo Forni, diretor de suprimentos, infraestrutura e patrimônio do BB.

Ao todo, o Banco do Brasil tem sete projetos de geração solar contratados, como parte de um plano de sustentabilidade em curso desde 2004. Juntas, as plantas têm capacidade para gerar 42 gigawatts-hora (GWh) de energia por ano. A expectativa é de uma redução das despesas com energia elétrica de R\$ 277 milhões em 15 anos.

No momento, o BB está homologando contratos com a EDP para novos projetos em Goiás, Bahia e Ceará, enquanto aguarda a entrega de uma usina no Distrito Federal pelo consórcio Espaço Y, FazSol (antiga YES) e a japonesa Shizen. O consórcio assumiu as obras em Brasília depois de a Sices, vencedora da licitação, entrar em recuperação judicial no começo deste ano.

De acordo com Nélcio Pereira, diretor da FazSol, o andamento do projeto também foi afetado nos últimos meses pela pandemia, pois diversas fornecedoras dedicaram esforços para a fabricação de equipamentos hospitalares. “Estamos voltando a uma situação de normalidade, mas os fornecedores estão pedindo sempre prazos maiores agora nas negociações e isso tem um impacto na engenharia dos projetos”, diz Pereira.

A primeira usina contrata pelo BB entrou em operação em março deste ano, em Porteirinha (MG). Entregue pela EDP, a unidade tem capacidade instalada de 5 megawatt (MW) e pode atender até 100 agências. A segunda usina vai ser inaugurada em 15 de outubro, em São Domingos do Araguaia, no Pará. O empreendimento com capacidade de 1 MW vai garantir o fornecimento de energia renovável para compensar o consumo de 35 das agências do banco no Estado. A expectativa é reduzir em 45% a conta de energia das unidades, e resultar em economia de R\$ 17 milhões em 15 anos. O projeto foi desenvolvido pelo consórcio Espaço Y, FazSol (antiga YES) e Shizen, que vai receber R\$ 16,7 milhões ao longo do contrato da operação.

Além dessas, o banco espera contar com uma terceira unidade de geração solar para atender a sua demanda em março de 2021, em Araçuaí, também em Minas. O foco no Estado está relacionado não somente ao alto número de agências - Minas é a unidade da Federação com o maior número de municípios - , como também aos incentivos tributários da legislação estadual para o setor.

“O perfil da rede de agências está mudando, o tamanho das unidades está sendo reduzido, mas elas não vão desaparecer. Olhamos o consumo de energia de longo prazo sob essa perspectiva”, diz Forni, do BB. “Contratamos a compra da energia ao longo desse tempo, mas o investimento é feito pela empresa que constrói a usina. É um ganha-ganha, mas o projeto tem que ser de longo prazo para ser viável.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Petrobras reavalia Golar

A Petrobras desclassificou a Golar Power (Hygo Energy) da disputa pelo terminal de gás natural liquefeito (GNL) na Bahia. A Golar Power foi a única empresa a apresentar uma proposta comercial. A proposta da Golar foi desclassificada em meio à deflagração da 75ª fase da Lava-Jato, que colocou no alvo das investigações o presidente da Golar Power, Eduardo Antonello, por suspeitas de corrupção nos tempos em que ele atuava na Seadrill, em contratos com a Petrobras. Antonello se afastou do cargo na Golar para se dedicar à sua defesa. A Petrobras, contudo, reviu o Grau de Risco de Integridade (GRI) da Golar para alto e desclassificou a companhia do processo.

Golar aponta erro

A Golar Power emitiu nota, na sexta-feira, refutando de “forma veemente” a

decisão da Petrobras de desclassificá-la do processo de licitação para arrendamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia. A Golar alega que não é objeto de nenhuma investigação ou inquérito criminal e esclarece que não possui nenhuma relação, participação ou envolvimento nas alegações públicas divulgadas sobre as supostas irregularidades cometidas por Antonello. “A Petrobras erra ao relacionar o grupo Golar Power à investigação, o que causou e vem causando danos ao grupo Golar Power”, esclareceu a empresa, em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Henry Sanderson

Título: TechMet recebe apoio dos EUA para projeto no Brasil

O banco de desenvolvimento do governo dos Estados Unidos vai investir US\$ 25 milhões na empresa de investimento em mineração TechMet, que tem sede em Londres, como parte de uma ofensiva do presidente Donald Trump para reduzir a dependência das cadeias de fornecimento dominadas pela China.

O dinheiro do US International Development Finance Corporation (DFC), que tem capital de US\$ 60 bilhões, ajudará a TechMet a desenvolver um projeto brasileiro de níquel e cobalto que tem por objetivo abastecer o setor de carros elétricos.

O investimento é parte da estratégia de Trump para quebrar o controle da China sobre as cadeias de fornecimento de matérias-primas. Na semana passada, o presidente disse que a dependência dos EUA de suprimentos estrangeiros de minerais essenciais era uma “emergência nacional” e uma ameaça à segurança.

O DFC foi formado em 2019 para fornecer uma alternativa ao financiamento chinês no exterior na Ásia, na África e na América Latina. Segundo a TechMet, é a primeira vez que o governo dos EUA investe diretamente em uma empresa de metais e mineração.

“Este importante financiamento vai sustentar o crescimento econômico em uma das áreas mais subdesenvolvidas do Brasil”, disse o executivo-chefe do DFC, Adam Boehler.

“Os investimentos em materiais críticos para a tecnologia de ponta sustentam o desenvolvimento e promovem a política externa dos EUA”, disse ele.

A TechMet foi fundada em 2017 por Brian Menell, um sul-africano com experiência em mineração na África, para investir em metais necessários para tecnologias de energia limpa e reciclagem de baterias. O almirante Mike Mullen, ex-presidente do Estado-Maior Conjunto dos EUA, faz parte de seu conselho consultivo.

A TechMet tem investimentos na empresa de reciclagem de baterias Li-Cycle, na US Vanadium, na Rainbow Rare Earths, na Brazilian Nickel e na Tinco, uma empresa de estanho e tungstênio na África.

Segundo o seu fundador, os recursos serão usados para iniciar a produção comercial da Brazilian Nickel. A empresa desenvolve uma mina de cobalto e níquel no Piauí, na região Nordeste do Brasil.

“A competitividade nacional e industrial de um país dependerá do acesso preferencial a essas matérias-primas”, disse Menell. “É ótimo ter a Tesla e a Panasonic, mas a China pode fechá-las em cinco semanas e meia, pois elas precisam recorrer à China para ter matérias-primas.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/10/2020

Seção: Economia

Autor: Pedro Capettie Cassia Almeida

Título: Rio vai ampliar dependência do petróleo

EFEITO PRE-SAL

Petróleo vai chegar a 25% da receita do Rio

Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo recebem o maior volume de royalties no país. E vão se beneficiar dessa nova onda de recursos do pré-sal, o que deve manter a economia do Rio ainda dependente da atividade de óleo e gás e os cofres públicos, dos royalties, por um bom tempo.

Nos próximos anos, os royalties vão ocupar mais espaço no total de receitas do Rio. Pelas previsões no Orçamento, a parcela vai subir de 20%, em 2019, da receita corrente líquida (disponível para gastar) para representar 25% entre 2021 e 2023.

—O Rio de Janeiro será por muito tempo “petrodependente”, e o Brasil será dependente do Rio. Ainda somos o maior produtor de óleo do Brasil, e não vejo nada diferente disso no futuro. Há outros ambientes de produção de óleo, mas nada comparado à produtividade do pré-sal. É algo imbatível diante do que

conhecemos hoje — afirma Karine Fragozo, gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan.

Nos próximos quatro anos, as cidades do petróleo vão receber valor recorde de R\$ 47,6 bilhões em royalties. Ferramenta digital no site do GLOBO, o Monitor dos Royalties, mostra como as cidades usam os recursos e o desempenho de seus indicadores sociais.

Há, porém, a ameaça de que os recursos sejam redistribuídos, a depender da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro, quando será julgada a liminar que suspendeu os efeitos da Lei dos Royalties. Pelo texto, há queda nas receitas para estados produtores e aumento da fatia destinada aos não produtores.

Rodrigo Neves, prefeito de Niterói, segunda cidade no país que mais recebe a transferência, afirma que se espera um acordo. A cidade foi uma das primeiras a criar um fundo para fazer frente às oscilações na cotação do petróleo e do dólar e usou os recursos para combater a pandemia:

—É fundamental o entendimento entre os vários poderes e entes federados, para que o Rio não sofra essa injustiça. Porém, há um volume de produção maior com o pré-sal que pode ser compartilhado com o conjunto do país.

O Rio aderiu à proposta de acordo do Espírito Santo para dar fim ao impasse que se arrasta há sete anos. O estado propôs mudanças nos termos desse entendimento com estados não produtores. Ainda assim, deixaria de receber R\$ 7,7 bilhões até 2025. O objetivo é evitar o risco de perder R\$ 67,9 bilhões caso o resultado seja desfavorável para o Rio.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, já se manifestou a favor do entendimento e disse que a adesão do Rio ao acordo é passo importante para encerrar o impasse.

Segundo Karine, embora ter recursos em caixa sobrando seja um aspecto favorável para a administração pública, isso não significa, necessariamente, que o estado ou município terá avanços substanciais em educação, saúde, segurança e emprego. O que pode fazer a diferença é a capacidade de gestão dos recursos.

Para analistas, as cidades do Norte Fluminense tiveram “oportunidades perdidas” nos últimos anos. Para Manuel Thedim, diretor executivo do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS), houve maquiagem e pouco investimento em infraestrutura:

—As calçadas de porcelanato ficaram conhecidas em detrimento da periferia. Mas as cidades que começaram a receber os royalties do pré-sal, como Niterói e Maricá, têm procurado investir, criaram fundos de infraestrutura.

Campos chegou a receber mais de R\$ 2 bilhões por ano do petróleo, mas com a queda da produção na Bacia de Campos, recebe cerca de R\$ 700 milhões, um terço de sua receita. A população é o dobro da que registrava antes dos royalties, mas com metade do orçamento do passado. O investimento público desde 2001 era bem menor que os milhões recebidos de royalties. E o quadro piorou nos últimos anos.

SEGUNDA OPORTUNIDADE

Até a pandemia, 10% dos royalties que Campos recebia iam direto para o pagamento de empréstimos, no programa intitulado “Vendado Futuro”: — Infelizmente não tiveram a responsabilidade de investir onde precisávamos. Os royalties são finitos e não trabalharam para tornar a cidade menos dependente. Campos deixou de avançar muito diante do que recebeu —diz o prefeito Rafael Diniz (Cidadania).

Macaé pode ter uma segunda oportunidade. Receberá mais R\$ 4 bilhões até 2024, mais da metade do que recebeu entre 2000 e 2019. Pode ser nova chance de aproveitar melhor os recursos. A criação de fundos, como está fazendo Maricá, foi importante para combater a pandemia: — Esses fundos mostram que os municípios aprenderam alguma coisa, mas quanto ao planejamento de médio e longo prazo, não sabemos. O pecado é olhar a cidade como lugar onde se constroem coisas: asfalto, iluminação pública, sambódromo, e não como algo integrado — diz José Luis Vianna, professor da Cândido Mendes, que estuda o impacto dos royalties nas cidades.

Procurada, a Prefeitura Macaé não quis comentar. Maricá vive a segunda chance de se desenvolver com base no petróleo. A primeira foi no Comperj, hoje Polo Gaslub Itaboraí, obra interrompida com a crise na Petrobras. Condomínios de alto padrão surgiram, mas encalharam.

—Maricá por muito tempo foi algo como garimpo de ouro, todo mundo veio pra cá. Mas um novo ciclo está começando — diz Delfim Moreira, vice-presidente da Associação Comercial de Maricá (ACM).

Nos últimos dez anos, a população da cidade cresceu 30%, segundo o IBGE. E deve continuar aumentando. Em Saquarema, os royalties podem trazer mais renda para 2 mil pescadores. A pesca só é feita em horários de maré alta. O canal da laguna da cidade está assoreado há cinco anos, impedindo a saída de barcos para pesca de sardinha e camarão. —Hoje temos que esperar a maré

para sair. É prejuízo — reclama Pedro da Colônia. O plano de criar uma Abu Dhabi no interior fluminense, em referência à capital dos Emirados Árabes, naufragou. Chegou-se a oferecer aulas de mandarim em escolas públicas em São João da Barra (RJ) na expectativa da chegada de investimentos com o Porto do Açu, idealizado pelo empresário Eike Batista.

—Não se investiu em qualidade de vida. Houve apropriação do recurso pela minoria de sempre — afirma Marcos Pedlowski, pesquisador da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/10/2020

Seção: Economia

Autor: Pedro Capetti, Guilherme Caetano, Alexandre Mota* e Dauro Veras*

Título: Expansão desordenada desafia cidades do petróleo

Mesmo com cofres reforçados por recursos do pré-sal, municípios ainda enfrentam entraves na infraestrutura, principalmente em saneamento básico. Aumento acima do previsto do número de moradores sobrecarrega serviços

MARICÁ, SAQUAREMA, SÃO FRANCISCO DO SUL, ILHABELA, SÃO SEBASTIÃO, MADRE DE DEUS E SÃO FRANCISCO DO CONDE

Elas são belas, ricas, atraem turistas, mas não conseguiram resolver problemas básicos, como universalizar o saneamento. Os royalties do petróleo enchendo os cofres não deram solução para condições mais adequadas de moradia em cidades da costa brasileira.

Na histórica São Francisco do Sul, em Santa Catarina, sente-se o cheiro de esgoto ao percorrer a orla. Ilhabela tem metade dos resíduos sem tratamento, enquanto Maricá e Saquarema crescem desordenadamente, repetindo a história de Rio das Ostras, cidade rica em royalties na Região dos Lagos, na qual a população quase triplicou em dez anos. Na Bahia, falta de urbanização e saneamento afetam Madre de Deus e São Francisco do Conde, cidades do petróleo.

—A gente tem dinheiro em caixa para resolver 100% do problema do saneamento e não resolve — afirma Carlos Nunes, diretor do Instituto Ilhabela Sustentável (IIS).

A prefeitura diz que destinará R\$ 250 milhões em recursos dos royalties para construir cinco estações de tratamento.

Nos próximos quatro anos, os novos prefeitos vão receber o valor recorde de R\$ 47,6 bilhões em royalties. Com mais recursos em caixa, o desafio é definir prioridades na sua aplicação. Ferramenta lançada pelo GLOBO, o Monitor dos Royalties, permite acompanhar como cada cidade usa o dinheiro do petróleo e a evolução dos indicadores sociais.

Em São Francisco do Sul, em Santa Catarina, a engenheira ambiental Therezinha Novais de Oliveira, professora da Universidade da Região de Joinville (Univille), alerta que jogar dejetos no mar põe em risco a Baía de Babitonga, berçário de vida marinha com espécies em risco de extinção:

- Ela concentra 75% dos manguezais do estado.

Em Maricá, no Rio, no topo do ranking dos royalties, Arani Ferreira vê o desenvolvimento chegar ao outro lado da margem de onde mora, na Lagoa de Maricá, e convive com mau cheiro na porta de casa:

- Quando sobe o cheiro é terrível, insuportável.

MORADOR PAVIMENTA RUA

A expansão desordenada já começou no bairro Bosque Fundo, onde somente uma rua é asfaltada, e moradores convivem com valas de esgoto.

- Não estamos esquecidos, mas o bairro cresceu muito rápido. Hoje aqui tem mais gente de fora do que do município — diz Carlos Kid, presidente da associação de moradores.

Em São Francisco do Conde, na Bahia, a auxiliar de serviços gerais Ana Paula Tavares, mora sobre o mangue, na localidade conhecida como Cururupeba ou, oficialmente, Jerusalém. O esgoto corre entre os filhotes de caranguejos. As casas, na maioria, são de madeira sobre palafitas para evitar a maré cheia no início do ano.

- O que a gente mais gosta aqui é a paz, a calma, mas o problema é o descaso — diz.

A prefeitura usa os recursos para custeio e sobra pouco para obras de saneamento. A secretária de Fazenda Maria Natalice da Silva diz que, sem royalties, a cidade não sobrevive. Há dívidas previdenciárias e gastos com pessoal.

Segundo informou a secretária, a prefeitura tem gastado o dinheiro dos petróleo com despesas de manutenção, como a iluminação pública, pavimentação e drenagens.

No bairro Jaconé, em Saquarema, no estado do Rio, casas são construídas em meio ao brejo. Não há saneamento e apenas 50% dos lares têm fornecimento de água da Cedae.

— O anúncio do porto (em Ponta Negra, localidade próxima) movimentou o bairro. Mudou muito de 2000 até agora. Antes tinham três casas na minha rua, hoje são mais de 18 — conta Luiz Lima, morador do bairro há 20 anos.

Priscilla Barroso Poubel, secretária de Obras e Infraestrutura, diz que a cidade vem urbanizando o bairro, mas será difícil conter o avanço desordenado, como ocorreu em Rio das Ostras, onde a população passou de 36 mil em 2000, para 105 mil em 2010:

—Jaconé será a Rio das Ostras de Saquarema—prevê.

Em São Sebastião, ao lado de Ilhabela, na Baixada Santista, numa ruela estreita nos fundos da Vila Sahy, é possível ouvir o córrego passando em meio às casas de argamassa exposta. Canos despejam esgoto diretamente na água, que se infiltra na rua tortuosa do bairro, espalhando mau cheiro.

— Era para ser pior, viu? A gente pavimentou sozinho essa rua aí — diz um morador.

E a cidade tenta dar conta de uma população de alta temporada. Com a quarentena, as casas de veraneio estão ocupadas, gerando mais demanda para serviços de água e esgoto.

— Condomínios de veraneio estão lotados. Há 150 mil pessoas gerando lixo e esgoto na cidade — diz o prefeito Felipe Augusto, em uma cidade com 90 mil habitantes fixos.

OCUPAÇÃO NAS ENCOSTAS

A advogada Fernanda Carbonelli, presidente do Instituto de Conservação Costeira, destaca o avanço das moradias irregulares em encostas:

—Há 104 núcleos de crescimento desordenado. São assentamentos urbanos precários, casas muitas vezes sem banheiro, em áreas de risco.

A prefeitura diz que tenta regularizar as moradias construídas nas áreas, mas interrupções no financiamento federal e demora nas licitações impediram o avanço das medidas.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Edição: 14 de outubro de 2020, às 14h30. Preço: R\$ 5,00. Anos 23, Número 10.000. PÁG. 100

Senadores e ministros do TCU buscam conciliar Maia e Guedes **A7**

Investidor institucional saca R\$ 5 bilhões da Bolsa em setembro **C2**

Pesquisa pós-debate mostra que Biden está bem à frente de Trump — 53% a 39% **A11**

Valor

ECONÔMICO

20 de outubro

Área econômica perde força e teme-se 'novo risco Dilma'

Marko Lulic/Agência, Tânia/Mercado, Sérgio Tullio/Imagem/Contraste/Agência, J. de São Paulo

O Brasil de hoje não tem a população fiscal, não o tempo, nem o mercado financeiro. Porém, a situação atual, com o Brasil em recessão, a perda de força da área econômica e o risco de um novo 'risco Dilma', é o cenário mais preocupante para o mercado financeiro e o setor privado. O risco de um novo 'risco Dilma' é o cenário mais preocupante para o mercado financeiro e o setor privado. O risco de um novo 'risco Dilma' é o cenário mais preocupante para o mercado financeiro e o setor privado.

BID aumentará capital, revela Claver-Carone

Daniel Brito/Imagem

O novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Rodrigo Claver-Carone, revelou que o BID aumentará seu capital de R\$ 12 bilhões para R\$ 20 bilhões em 2021.

Crise de Rio preocupa investidor

Agência/Imagem

A crise econômica do Rio de Janeiro preocupa investidores e o mercado financeiro. A situação atual, com o Brasil em recessão, a perda de força da área econômica e o risco de um novo 'risco Dilma', é o cenário mais preocupante para o mercado financeiro e o setor privado.

Aneel não vê perda de distribuidoras

Brasil/Imagem

Aneel não vê perda de distribuidoras. A situação atual, com o Brasil em recessão, a perda de força da área econômica e o risco de um novo 'risco Dilma', é o cenário mais preocupante para o mercado financeiro e o setor privado.

Governadores 'não políticos' enfrentam seu inferno astral

Brasil/Imagem

Governadores 'não políticos' enfrentam seu inferno astral. A situação atual, com o Brasil em recessão, a perda de força da área econômica e o risco de um novo 'risco Dilma', é o cenário mais preocupante para o mercado financeiro e o setor privado.

Empresas que adotam agenda ESG têm rentabilidade acima do Ibovespa

Desde a criação do ISE, em 2008, rentabilidade ESG acima 200%, contra 132% do total da Bolsa

Fonte: GESP

Os fatores ESG são cada vez mais observados pelos investidores. Por isso, fale com a Ambipar, a única que atua de ponta a ponta na gestão ambiental. ESG é com a Ambipar: esgoambipar.com

Ambipar GROUP

A líder em gestão ambiental

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.423

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2020

R\$ 5,00

Trump recebe oxigênio, mas pode ter alta hoje, diz médico

O médico Sean Conley, da Casa Branca, confirmou que Donald Trump, infectado pelo coronavírus, precisou de oxigênio suplementar. O presidente começou tratamento com remédio indicado para casos severos, mas, segundo a equipe que o atende, reage bem e pode ter alta hoje. Ele chegou a fazer um passeio de carro. *Mundo A14*

Marcelo Leite

Médicos usam de tudo na terapia, menos cloroquina

Mundo A14

De carro, Donald Trump acena a apoiadores na porta do hospital militar em Maryland onde está internado desde sexta; depois, voltou ao hospital. *Alex Edelman/AFIP*

Eduardo Krapp/Folhapress

MURO DA 23 É 'MICO' DE DORIA PARA ELEITO EM SP

Jardim vertical que substituiu grafites em 2017, na gestão do tucano, custa R\$ 1,5 milhão ao ano em manutenção; para adversários, é desperdício de dinheiro público. *Poder A6*

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 167.623.478
VISITANTES ÚNICOS 30.539.483

ISSN 1614-0723
9 771141 572025 33423

EDITORIAIS A2
Queima de esperança
Sobre impactos da política econômica sem rumo.

Luzes distantes
Acerca de confiança dos brasileiros em cientistas.



Marcus Leonzi / Folhapress

Por Renda Cidadã, governo estuda fim de desconto no IR

Acabaria declaração simplificada, que permite abater 20%, mas também seria necessário flexibilizar o teto de gastos

Com o objetivo de financiar o programa Renda Cidadã, o governo agora estuda extinguir o desconto de 20% concedido a contribuintes que optam pela declaração simplificada do Imposto de Renda das pessoas físicas.

A medida deve atingir mais de 17 milhões de pessoas. Em contrapartida, seriam mantidas as deduções na declaração completa.

A intenção é empregar os recursos para financiar o novo programa, uma ampliação do Bolsa Família. A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda trabalha nas estimativas de quanto seria obtido.

Também seria necessário, no entanto, abrir espaço no teto para os gastos federais. A medida depende de alteração no texto constitucional.

Criado há 45 anos, o formulário simplificado da declaração do Imposto de Renda — que permite o desconto de 20%, limitado a R\$ 16.754,34 por contribuinte — deixaria de existir.

Restaria a opção da declaração completa, que permite o abatimento de despesas com saúde, educação e dependentes, antes na mira da pasta de Guedes. *Mercado A19*

ENTREVISTA DA 2ª R. Campos Neto
Novo Pix vai abrir mercado bancário

O presidente do Banco Central diz que necessidades impostas pela pandemia aceleraram a implementação do sistema de pagamentos instantâneos, o Pix, antes programada para 2022. *Especial Pix pág. 5*

Colégios reabrem em SP com gráfito, ioga e recuperação

Após sete meses fechados, escolas particulares voltam a receber alunos, na quarta-feira (7), para atividades extracurriculares. As aulas regulares seguem proibidas. Adesão inicial de alunos é incerta, e professores se dizem inseguros com vírus. *Cotidiano B1*

Aliados de Covas querem voto útil contra Russomano

Com a ascensão de Celso Russomano (Republicanos) na disputa pela prefeitura de São Paulo, o entorno do prefeito Bruno Covas (PSDB) faz pressão por frente ampla que pregaria voto útil para derrotar o candidato apoiado por Jair Bolsonaro. *Poder A4*

Veja caderno que detalha o sistema de pagamentos

Especial Pix pág. 1

Papa usa samba de Vinícius em apelo por fraternidade

Mundo 15

Folha monta desde 2019 cobertura da eleição municipal

Folha Corrida B14

Ilustrada

Jornalista e musicólogo Zuza Homem de Mello morre aos 87 em SP, de infarto *B9*

Covid-19 mata o estilista japonês Kenzo, 81, primeiro asiático a brilhar em Paris *B10*

Bolsonaro faz defesa de Kassio no caso Battisti

Nas redes sociais, presidente nega voto de seu indicado ao Supremo Tribunal Federal a favor da permanência do terrorista italiano no Brasil. *Poder A12*

Pandemia no Brasil

Brasil
Total 4,9 mi
Casos 26,1 mil
Óbitos 146,4 mil
657
-14,5%
-12%
Estável

Estágios da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Desacelerado
■ Reduzido



Estados com mais óbitos

1º SP 36,2 mil
2º RJ 18,8 mil
3º CE 9,1 mil

Situação nos municípios

■ Acelerado
■ Estável
Mauá (AM)
Rio de Janeiro (RJ)
Cunitiba (PR)
São Luís (MA)
Teresina (PI)

Dados das 20h de 4 out. *Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM



JULIO MESQUITA

(1862 - 1947)

Segunda-feira 5 DE OUTUBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46374

estadao.com.br

Surpresa,
Trump sai
de carro
e cena a
apoiadores.
Depois,
voltou ao
hospital



Trump sabia que tinha covid, mas omitiu, diz jornal

Candidato à reeleição, o presidente americano Donald Trump recebeu resultado positivo de um teste rápido para covid na quinta-feira à tarde, segundo o *The Wall Street Journal*. Ainda assim, ele manteve sua agenda e, questionado em entrevista sobre sua saúde, disse que só teria o resultado no dia seguinte. **INTERNACIONAL / PÁG. A10**

● **Biden tem 10 pontos de vantagem**
Em pesquisa feita após o diagnóstico de Trump, o candidato democrata Joe Biden abre a maior distância desde o início da corrida presidencial. **PÁG. A11**

Fareed Zakaria
Ao desligar o som da TV, o debate presidencial mostrava as maiores forças de Joe Biden e a gigantesca fraqueza de Donald Trump. **PÁG. A11**

MPT baixa normas e especialistas veem risco ao teletrabalho

Ministério Público diz que desrespeito à etiqueta digital é 'nova forma de assédio moral'; para advogados ligados ao setor, home office pode ser desestimulado

O Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou nota técnica com 17 recomendações sobre home office e alertou que irá intensificar a fiscalização das condições dos trabalhadores que permanecerem nesse regime nas empresas públicas e privadas. A lista engloba questões como limitação de jornada, direito a desconexão e preservação da privacidade da família do trabalhador e é vista por advogados e por alguns profissionais do setor como obstáculo para que o modelo se torne

permanente. Para o procurador-geral do MPT, Alberto Balazero, a "etiqueta digital" precisa ser prioridade para empregadores e empregados nessa nova realidade das relações de trabalho. "É preciso haver separação do que é trabalho ou descanso. Não podemos perder de vista a preservação de saúde mental dos trabalhadores", disse. Segundo ele, "não respeitar a etiqueta digital é uma nova forma de assédio moral". Para o professor da USP e presidente do Conselho de Emprego da Fecomércio-

SP, José Pastore, vários pontos da nota do MPT são "subjetivos e mais confundem do que ajudam". O ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra Martins Filho avalia que o trabalho remoto não pode ser disciplinado por norma do MPT. O presidente interno do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello, afirmou que teletrabalho veio para ficar e será preciso construir com diálogo uma regulação que evite excessos. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Bolsonaro articula para aprovação de Marques

O presidente Jair Bolsonaro voltou a defender a aprovação do desembargador federal Kassio Nunes Marques, indicado por ele ao Supremo Tribunal Federal (STF). O paulista é celebrado pelo Centrão e criticado por evangélicos e olistas. Sábado, Bolsonaro participou de confraternização com o escolhido, com pizza, futebol e a presença do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). **POLÍTICA / PÁG. A6**

● **Gilmar e a Lava Jato**
Gilmar Mendes suspendeu ações penais contra acusados de desviar R\$ 150 milhões do Sistema S. A decisão atendeu pedido da OAB. **PÁG. A6**

Papa critica especulação financeira e cita Vinicius

Em sua nova encíclica, intitulada *Fratelli Tutti* (Todos Irmãos) e publicada ontem, o papa Francisco se opõe à "especulação financeira com a ganância fácil" e ao neoliberalismo. Para ele, "o vírus do individualismo radical é o vírus mais difícil de derrotar". Francisco também vê as desigualdades sociais como o grande problema no mundo atual e citou em seu texto frase do poeta brasileiro Vinicius de Moraes em *Samba da Bênção*. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

“A vida não é brincadeira, amigo: a vida é arte do encontro embora haja tanto desencontro”
PAPA FRANCISCO
ENCÍCLICA FRATELLI TUTTI

Dólar ameaça vendas de Natal em R\$ 1,8 bi

ECONOMIA / PÁG. B5

Bolsonaristas miram redes para reeleição

POLÍTICA / PÁG. A8

Covid faz aumentar angústia de técnicos

ESPORTES / PÁG. A15

NOTAS & INFORMAÇÕES

A charada do crescimento

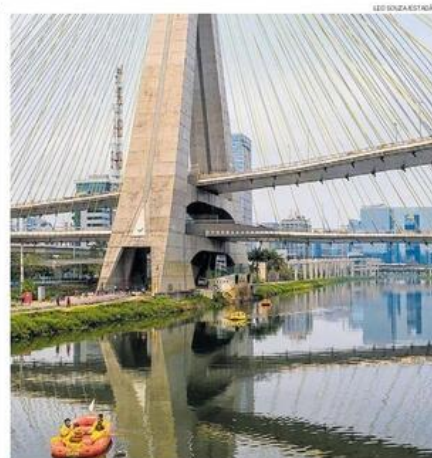
Só o crescimento gera empregos de forma sustentável, mas o enorme desemprego ocasionado pela pandemia tende a frear o crescimento. **PÁG. A3**

De caso pensado

Livros mostram que a decisão de Jair Bolsonaro e de Donald Trump de ignorar a pandemia foi deliberada. **PÁG. A3**

Tempo em SP

18° Min. 34° Max.



Virada Sustentável em bote no Pinheiros

Percurso de 2,5 km, do qual o *Estadão* participou, visa a chamar atenção para a poluição do rio e estimular cobrança por solução para o problema. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

Carlos Pereira

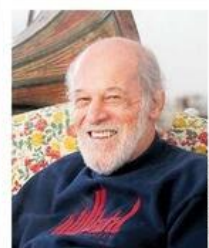
Cinco ex-governadores do Rio estão ou já foram presos. Não é só a maldição da corrupção, há virtude institucional. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Daniel Martins de Barros

A maioria das infecções por covid vem de uma minoria de superespalhadores, o que inverte a lógica de teste e rastreamento. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

NA QUARENTENA

ZUZA HOMEM DE MELLO 1933 - 2020



ADEUS AO SENHOR MPB

O mais importante pesquisador de música do País morreu aos 87 anos de enfarte, em casa. **PÁG. H6**

A MÁSCARA IDEAL PARA CORREDORES

Testamos 5 opções para ajudar você a escolher. **PÁGS. H1 e H3**

Reabertura das escolas

GUIA TIRA DÚVIDAS SOBRE VOLTA

As crianças podem compartilhar materiais, devem fazer teste antes do retorno? Veja e essas e outras perguntas e respostas sobre a abertura, na quarta-feira. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	146.375
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	364
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	657
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.914.906
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	9.049
TOTAL DE RECUPERADOS*	4.263.208

*NUMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

É HOJE!

SUMMIT IMOBILIÁRIO BRASIL 2020

ALAVANCA DA ECONOMIA NACIONAL

Evento online e gratuito, com a presença dos principais líderes do setor.

05.10

das 9h às 18h



Assista aos vídeos do dia
Aperte o botão de play no topo da página do site ou no aplicativo O Globo. Todos os conteúdos são gratuitos e disponíveis em tempo real em seu celular.





Zuzu: O adeus a um amante da música que ensinou o Brasil a ouvir
Músico e compositor



O GLOBO

Seu endereço: Rua do Rio Branco, 100 - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20040-000 - Telefone: (21) 2500-0000



Em ascensão, Flamengo volta a vencer
Depois de quase 10 meses sem vencer, o Flamengo conquistou o primeiro triunfo na temporada 2020, derrotando o Atlético Goianiense por 1 a 0, no Maracanã. Com o gol marcado por Jhonny Cota, que substituiu o lesionado Tiago, o time de Zico voltou a vencer. O goleiro do adversário, Carlos, não conseguiu evitar o gol. O jogo foi marcado por muita emoção e o público lotou o estádio.

IMPACTO DO PRÉ-SAL

Rio vai ampliar dependência do petróleo

Royalties serão 0,25% da receita do estado até 2023. Cidades sofrem com crescimento desordenado

A previsão de que o pré-sal de petróleo no Rio de Janeiro vá gerar receitas de R\$ 10 bilhões por ano, a partir de 2023, está sendo usada para justificar a expansão da dependência do estado em relação ao petróleo. A previsão de que o pré-sal de petróleo no Rio de Janeiro vá gerar receitas de R\$ 10 bilhões por ano, a partir de 2023, está sendo usada para justificar a expansão da dependência do estado em relação ao petróleo.

Saída do hospital



O presidente Jair Bolsonaro saiu do hospital onde estava internado, após 10 dias de tratamento. Ele está em boas condições de saúde e já está se movimentando. A saída do presidente do hospital foi acompanhada por uma grande multidão de fãs e jornalistas.

Sem escolas, alfabetização fica em suspenso

No Dia Mundial da Alfabetização, o Brasil registra o maior índice de analfabetismo em 50 anos. A alfabetização das crianças e jovens é uma das principais prioridades do governo federal.

Nome para STF abre crise no bolsonarismo

A indicação de Jair Bolsonaro para o cargo de ministro da Justiça, Sérgio Moro, abriu uma crise no bolsonarismo. A indicação de Moro para o cargo de ministro da Justiça, Sérgio Moro, abriu uma crise no bolsonarismo.



Com passeio, Trump mostra que continua em campanha

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mostrou que continua em campanha durante um passeio pelo sul do país. Ele foi acompanhado por uma grande multidão de fãs e fez várias declarações sobre a campanha presidencial.

Assédio nas redes atinge 77% das jovens

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) revelou que 77% das jovens brasileiras sofreram algum tipo de assédio nas redes sociais. O estudo também mostrou que o assédio nas redes sociais é mais comum entre as jovens de 18 a 24 anos.

Queda de título do Tesouro requer sangue frio do investidor

O título do Tesouro Nacional caiu para o menor patamar em 10 anos. O investidor precisa ter sangue frio para lidar com a queda do título. A queda do título do Tesouro Nacional é uma consequência da queda da taxa de juros.

Tire suas dúvidas sobre o novo Pz. Cadastro começa hoje

O novo Pz (Cadastro de Pessoas Físicas) começa hoje. O cadastro é uma ferramenta importante para o governo e para os cidadãos. O novo Pz (Cadastro de Pessoas Físicas) começa hoje.

Se vencer, Biden ajudará na transição com América Latina

O presidente eleito dos Estados Unidos, Joe Biden, prometeu ajudar na transição com a América Latina. Biden prometeu ajudar na transição com a América Latina.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 20.953 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50

Ana Rappas/CB/E.A. Press



36,7°

Distrito Federal
tem novo recorde
de calor no ano

A temperatura foi registrada, ontem, em Planaltina. Com a umidade relativa do ar baixa (9%), a população continua à procura de sombra e água fresca em cartões postais como o Lago Paranoá. Não há previsão de chuva para esta semana.

PÁGINA 15

Brasília ganha 22 mil novas empresas durante pandemia

Cátia Viana/CB/E.A. Press



A covid-19 tem impacto devastador na economia de todo o mundo. No Distrito Federal não é diferente. Mas, em meio a notícias de fechamento de negócios e de desemprego, muitos brasileiros decidiram arriscar. Entre maio e agosto de 2020, mesmo com as medidas de restrição da quarentena, 22.136 empresas foram abertas na cidade. O número é 11,30% maior do que o registrado nos quatro primeiros meses do ano. A grande demanda por serviços e produtos e a alta renda das famílias da capital — os servidores públicos não tiveram redução salarial — deram alento ao consumo local. A rapidez no processo para abertura e regularização também animou os empreendedores. "Sempre temos medo de começar algo novo e a pandemia, com certeza, intensificou isso. Porém, eu sabia que a demanda era grande e por isso não desanimei", afirma Maria Aparecida Mesquita (foto), que abriu loja num shopping, em julho. Segundo ela, o retorno tem sido positivo.

PÁGINA 13

Bruno Cortez e Paulo Sousa/Rafaela Galvão/ABR



GALO disparado

Atlético-MG protagoniza virada relâmpago contra o Vasco, por 4 x 1, e abre cinco pontos no topo da Série A. Flamengo também vence.

PÁGINA 12

Ana Rappas/CB/E.A. Press



Abençoado seja o SEU BICHINHO

Brasilienses fizeram fila, ontem, no drive-thru do Santuário São Francisco de Assis, para que animais de estimação recebam a bênção. Devido à pandemia, não houve acesso dos devotos e seus pets ao interior da igreja, na 915 Norte. PÁGINA 14

Rita Guimarães/FP



Trump causa polêmica ao deixar hospital

Depois de sofrer duas quedas na saturação de oxigênio e de receber esteroide usado apenas em casos graves da covid-19, presidente dos EUA surpreendeu o mundo, ao abandonar momentaneamente a internação, em Maryland, e acenar aos eleitores. Médicos não pouparam críticas à atitude do republicano.

PÁGINA 10

Emicida para todas as idades

PÁGINA 20



O papa e o poetinha

Em sua terceira encíclica, Francisco menciona, no Vaticano, o Samba da Bênção, de Vinícius de Moraes. Texto critica dogma neoliberal. PÁGINA 10

Um canto para Sara

Casal de Taguatinga homenageia a filha que completaria 15 anos de idade. A menina morreu aos 10 anos, com uma doença rara. PÁGINA 10

Entenda como a Justiça contribui na ressocialização

Política pública inclusiva, com a participação da população, é uma ferramenta importante para a reintegração de menores infratores à sociedade. Saiba como funciona a estrutura da unidade de semiliberdade, no Núcleo Bandeirante. PÁGINA 17

Brasil inserido no "xadrez" da vacina

Com participação ativa em testes de diversos imunizantes, país aprimora procedimentos para regularizá-los. Compra do medicamento envolve questões geopolíticas.

PÁGINA 5



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@da.br.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(11) 99256.3846

VerCapas.com.br

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .